

ATA Nº 002/2017 – 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 12/JANEIRO/2017. Ao décimo segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na sede da Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita, realizou-se a segunda Sessão Extraordinária, do primeiro ano da sétima Legislatura, com a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente Vereador Jair Antônio de Oliveira, deu início aos trabalhos às nove horas, cumprimentando os presentes. **ORDEM DO DIA: PROCESSO Nº 034/2017: Projeto de Lei nº 002/2017** – Autoria do Poder Legislativo - Autoriza a contratação emergencial por tempo determinado de auxiliar de serviços gerais para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público para a Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita e dá outras providências. Leitura dos pareceres das Comissões: Favoráveis. Discussão: **Ver. Renato:** Comentou que esse projeto era a criação de um cargo para auxiliar de serviços gerais por seis meses podendo ser prorrogado por mais uma vez. Disse que era favorável, porque se tinha constituído e aumentado a estrutura precária de mais pessoas para trabalhar, era uma necessidade, para um atendimento melhor as pessoas que chegavam na Casa e para os Vereadores. Enfim para não sobre carregar uma única pessoa que fazia os serviços gerais e era muito trabalho cuidar de todo esse prédio, por isso o seu voto era favorável. Aprovado por unanimidade. **PROCESSO Nº 036/2017: Projeto de Lei nº 001/2017** – Autoria do Poder Executivo – Altera dispositivos da Lei nº 1221 de 19 de dezembro de 2014, Código Tributário Municipal. Leitura dos pareceres das Comissões: Favoráveis. Discussão: **Ver. Renato:** Disse que acreditava que muitos Vereadores novos não haviam tido a oportunidade de ler o Código Tributário, onde ele estava tentando avaliar o que estava sendo mudado. Falou que a forma, que foi conduzido e como tinha recebido a convocação ontem, para que hoje fosse votado o projeto, era um desrespeito da administração pública com os Vereadores da oposição, mas não iria se calar, discutiria todos os projetos que entrassem nessa Casa. Disse que não tido tempo de avaliar todos os projetos que tinham entrado, mas tinha visto um calhamaço de cobranças na iluminação e olhando o Código Tributário, algumas coisas foram baixadas, outras aumentadas e muitas criadas. Contou que ele sempre votou contra qualquer tipo de aumento tributário e votou contra todos os projetos de iluminação pública no município até quando era do seu governo votou contra, por duas vezes, então mantinha seu voto contra esse projeto. Falou que a maneira que foi conduzido esse projeto não deveria ser assim, pois alterava bastante as coisas e a maioria dos Vereadores não tinham tido oportunidade de ver. Por tudo isso o seu voto era contrário ao aumento de receita na taxa de iluminação pública do município. **Ver. Paulo Ricardo:** Disse que com relação a este projeto via que era desnecessário a sua aprovação, em função da tributação que estava se vivendo neste país. Comentou que, inclusive entidades filantrópicas e religiosas estavam sendo tributadas. Falou que gostaria que houvesse uma avaliação de todos os Vereadores e inclusive as empresas estavam sendo imputadas, aumentando os seus custos, que já tinha uma carga de tributos muito extensa. Então ficava o seu clamor para que fosse avaliado e que chegasse de tributos, porque o país já estava muito assolado de impostos. **Ver. Alex:** Disse que mais vez vinha nessa Casa e era lamentável, que a situação tinha levantado um muro para a oposição, aonde os oito Vereadores escutavam as explicações da Prefeita e dos secretários sobre esses projetos e a oposição continuava excluída, sem nenhuma explicação ou atenção sobre eles. Perguntou como poderia ser a favor de um projeto, onde o morador pagava seis reais de iluminação pública e muitos não tinham rede de baixa tensão, sem nenhuma lâmpada na frente de suas casas. Hoje tinha vindo o projeto em que essas pessoas pagariam mais conforme fosse seu consumo, então muitas dessas residências que não tinha lâmpada na frente de suas casas que pagavam seis reais iriam pagar onze, doze reais ou dependendo do gasto com famílias grandes e cada vez a luz subia mais. Disse que era contra e que deveriam ter um pouco de bom senso. **Ver. Guilherme:** Disse que se vivia uma nova realidade na política, aonde o discurso do que queria ouvir estava dando lugar ao discurso e do tempo em que era preciso ser feito. Comentou que ontem o Banco Central tinha reduzido a taxa de juros no Brasil e isso se deu, por causa de políticas públicas voltadas a administrar o município, o estado e a nação, de maneira firme. Sabia que muitas vezes o remédio amargo era

o que fazia bem. Falou que a redução nas contas de luz do Brasil todo tinha girado entorno de dez a quinze por cento e isso eram dados estatísticos, foram responsáveis pelo governo informar uma inflação de seis virgula vinte e nove por cento. Disse que aqui em Nova Santa Rita a política a ser adotada deveria ser essa, a política da responsabilidade, isso era realmente pensar no povo. Disse que tinha sido criado uma taxa para quem consumisse mais de mil quilowatts de energia e essa quantidade prejudicava o meio ambiente, então era evidente que quem gastava isso teria que pagar mais. Falou que precisavam ter responsabilidade de parar com discursos que apenas agradavam a opinião pública. Disse que mesmo os Vereadores com posições mais firmes, poderiam ser atingidos com preconceitos neste momento, a história e o futuro os glorificariam, porque mais e mais municípios continuavam com essa política, atrasando pagamentos, tendo déficit orçamentário, mas Nova Santa Rita com seus quarenta e oito por cento de folha de pagamento, diferente dos noventa por cento dos municípios ainda teria saúde fiscal. Então por isso era favorável a este projeto. **Ver. Ildo Maciel:** Disse que vinha a essa tribuna para esclarecer algumas coisas. Lembrou que no seu primeiro mandato de Vereador, eles se reuniam com o assentamento Montepio, aonde aquelas pessoas não tinham iluminação pública e eram cobradas. Disse que o argumento do prefeito era que as famílias pagavam pela iluminação pública da cidade e não para eles, e que isso era uma Lei que tinha sido implantada no município. Falou que era preciso especificar algumas coisas desse Projeto de Lei, uma delas era para que os empresários que consumissem mais de mil quilowatts ao mês era uma tarifa e os que consumiam menos de mil era outra. Falou que a questão das entidades filantrópicas, elas tinham procurado a Prefeita que em entendimento com o secretário da Fazenda tinham desmistificado e que os empresários teriam outra tarifa, a população seria outra. Falou que não estava sendo aumentado, estava sendo somente reajustado, o aumento seria só para quem consumia acima de mil quilowatts. Então o seu voto era favorável ao projeto. **Ver.ª. Ieda:** Disse que era favorável ao projeto e fazia suas palavras das palavras dos Vereadores Guilherme e Lebrão. Falou que também estava em discussão nesse projeto, a redução do ISS dos profissionais liberais, que hoje a taxa era de vinte por cento e seria reduzida para dez por cento. Disse que para os usuários de energia elétrica estavam simplesmente sendo atualizados de acordo com a inflação e quem consumia mais de mil quilowatts que seria aumentado. **Ver. Jair:** Comentou sobre a fala do Vereador Paulo do PTB, que disse que estava sendo cobrado a taxa das igrejas, mas já existia a cobrança alta deles. Disse que procuraram a Prefeita e os Vereadores e então foi baixado a taxa de cobrança para as entidades. Falou que o projeto parecia ruim, mas tinha que ser explicado, que o ISS era de vinte por cento para os que trabalhavam no município de vez em quando, por exemplo os advogados. Essa taxa estava sendo baixada para dez por cento, o que era um avanço. Explicou que ninguém gostaria de pagar a energia elétrica como a Cimbagé, que gastava dois mil quilowatts. Disse que era favorável ao projeto e que não era favorável ao tarifaço, que nesse projeto não era, era um reajuste. **Aprovado por oito votos a dois.**

PROCESSO Nº 037/2017: Projeto de Lei nº 002/2017 – Autoria do Executivo – Altera a Lei Municipal de nº 727 de janeiro de 2005, e dá outras providências. Leitura dos pareceres das Comissões: **Favoráveis.** Discussão: **Ver. Paulo Ricardo:** Disse que era com uma certa preocupação que vinha novamente a tribuna. Falou que, esta estrutura na realidade desse desmembramento de duas secretarias tinha se transformado em quatro secretarias. Disse que se vivia um momento muito delicado em todos os municípios da região e em Nova Santa Rita não era diferente. Falou que tinha uma certa preocupação em relação a estrutura de cada secretaria que estava sendo criada, porque por sua vez elas iriam agregar muitos outros cargos, onerando assim a folha de pagamento. Salientou que, hoje no posto de saúde municipal e pronto atendimento vinte e quatro horas do Centro não tinha uma servente no horário da tarde para executar a limpeza, isso era simplesmente para economizar. Falou que via condições do município aprimorar os trabalhos do serviço público dentro dessa economia. No entanto, aqui ele não estava vendo economia, estava vendo que junto com estas secretarias estava sendo criado outros cargos. Comentou sobre o próximo projeto que seria votado posteriormente a este

e que iria ter um impacto significativo. Então ficava aqui, que ele era contrário a esse projeto.

Ver. Renato: Falou que esse Projeto de Lei que alterava a Lei municipal de número setecentos e vinte sete do dia sete de janeiro de dois mil e cinco e dava outras providências, não era nada mais, nada menos que a criação de quatro novas secretarias: Secretaria de Ouvidoria Municipal, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Falou que todas essas secretarias, hoje já se encontravam em forma de diretoria dentro do município. Disse que seriam extinguidas a Secretaria Municipal de Capacitação de Recursos, Habitação e Regularização Fundiária e o Gabinete de Gestão Integrada Municipal que eram secretarias criadas e votadas a um ou dois anos atrás para acomodar um novo secretário. Aconteceu que essa secretaria tinha recursos de mais de um milhão de reais e na verdade depois do portal da transparência só tinha o secretário, pois os restantes dos outros membros do GGI na época estavam lotados em outras secretarias dentro do município. Então na verdade o GGI era uma fachada para emprego, que hoje estava acabando e sendo criado novas secretarias. Falou que a outra secretaria que seria extinguida era bem coordenada pelo Secretário Eduardo que provavelmente iria ser transferido para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano que iria fazer praticamente a mesma função na cidade. Disse que estava sendo criadas essas secretarias para acomodar sim, Vereadores que não tinham sido eleitos. Então o seu voto era contrário à criação de novas secretarias no município.

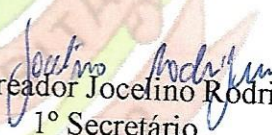
Ver. Alex: Disse que mais uma vez era lamentável a criação de mais quatro secretarias, sendo que a secretaria de Ouvidoria era uma vergonha que a administração a tivesse feito. Falou que os onze Vereadores eram a Ouvidoria do povo, pois ele cansava de escutar reclamações da comunidade e levar para o secretário e não ser atendido. Disse que cada Vereador representava uma comunidade e agora iriam colocar com certeza um Vereador que não tinha se eleito, que não escutava o povo e não levava isso para o secretário. Disse que ele era totalmente contrário ao projeto e quando esse secretário fosse nomeado viria aqui e diria se ele não era um Vereador que não se elegeu.

Ver. Guilherme: Falou que este projeto extinguiu duas secretarias, criava uma, desmembrava duas e criava um gabinete e também criava quatro secretários e extinguiu dois. Disse que em primeiro falaria em economicidade e não tinha dúvida nenhuma que as diversas ações, como a mudança para o horário de verão, despesas que tinham contidas no final do ano, inclusive até a redução de salários temporariamente, que aconteceu no governo passado eram mostras reais que este município estava preocupado com a economicidade. Falou que as quatro secretarias criadas eram de suma importância para o desenvolvimento do município. Sugeriu aos Vereadores que estavam começando, que participassem das reuniões do Comitê Parlamentar do Pró-Sinos, para que vissem a importância que tinha o Plano de Bacias, o Plano de Saneamento, o Plano de Resíduos e o quanto era importante tratar do meio ambiente, para que os filhos, os netos pudessem viver em um município que tinha sustentabilidade. Falou que a criação de uma pasta voltada para este tema era fundamental, e que a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo não se fazia diferente, e o Vereador Paulo tinha lhe falado que era favorável a esse tema e contrário aos outros. Disse que quando o município cuidava da saúde do cidadão, também tinha que cuidar da saúde mental, tinha que ser oferecido a oportunidade a sociedade de terem espaços de lazer, momentos que pudessem esquecer os problemas do trabalho. Disse que a Ouvidoria era um apontamento do Tribunal de Contas e se alguém achava que precisava dela, que perguntasse ao conselheiro do Tribunal de Contas. Finalizou dizendo que o Desenvolvimento Urbano era o caixa forte do município, que iria fiscalizar as obras e arrecadar para o município, então ele era totalmente favorável ao projeto.

Aprovado por seis votos a quatro. PROCESSO Nº 038/2017: Projeto de Lei nº 003/2017 – Autoria do Executivo – Altera a Lei Municipal de nº 979 de 29 de dezembro de 2010. Leitura dos pareceres das Comissões: **Favoráveis.** **Discussão: Ver. Renato:** Disse que a proposta nova para o quadro de servidores não era bem como estava no papel, pois ele tinha tido a oportunidade de avaliar e calcular tudo o que foi possível. Falou que era bem claro no gráfico as Funções Gratificadas e as denominou. Disse que haviam trocado de nomenclatura

para dizer que trocava os números, mas continuava os valores. Disse que a primeira informação que ele teve nessa Casa era que seria diminuído o número de cargos em comissão, mas não foi diminuído nada, permanecia os noventa e quatro cargos de confiança e com valores superiores do que existia hoje. Falou sobre as comparações no impacto do projeto, entre as Leis 979/2010 e 1191/2014 com o Projeto de Lei discutido. **Ver. Paulo Ricardo:** Disse que não era favorável a esse projeto, porque englobava junto aos salários das Funções Gratificadas. Falou que tinha somado o número de Cargos em Comissão e era de setenta e quatro e isso seria um impacto na folha de pagamento. Sugeriu que fosse colocado no projeto a contratação de Portadores de Deficiência Física para o município, pois nas secretarias não havia e isso agregaria muito no município, no serviço público. Comentou que este projeto lhe trazia uma estranheza quanto ao impacto que iria ocorrer na folha de pagamento, pois hoje ela estava confortável com quarenta e oito por cento, mas iria atingir cinquenta e dois por cento. Disse que não sabia quantos seriam contratados neste primeiro momento ou se a partir de março. Então ele era contrário a este projeto, por causa desse impacto. Falou que ficava para discutirem, avaliarem a real necessidade da criação desses cargos. Aprovado por sete votos a três. **PROCESSO Nº 039/2017: Projeto de Lei nº 004/2017** – Autoria do Executivo – Autoriza a inclusão de quatro novos órgãos e novas ações na Lei nº 1137/13 PPA, nº 1318/16 LDO e autoriza a abertura de crédito especial na Lei 1324/16 LOA. Leitura dos pareceres das Comissões: Favoráveis. Discussão: **Ver. Renato:** Disse que o projeto citado, autorizava a inclusão de quatro novos órgãos na Lei Municipal 1137/2013 PPA, isso seria uma arrecadação de recursos para as novas secretarias. Disse que não tinha sentido votar a favor de alteração de valores do PPA, da criação de novas ações, por isso tinha sido contra a criação de novas secretarias, portanto se posicionava contrário a este projeto. Falou que na sua visão não tinha necessidade de repassar recursos para essas secretarias, então era contra o projeto. Aprovado seis votos a quatro. Com a Proteção de Deus e em nome do povo de Nova Santa Rita, o Presidente encerrou a sessão às dez horas e vinte e quatro minutos.


Vereador Jair Antônio de Oliveira,
Presidente.


Vereador Jocelino Rodrigues,
1º Secretário